

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	7
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	15
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	507.692.309
Preferenciais	42.307.699
Total	550.000.008
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	20.474	27.027
1.01	Ativo Circulante	4.874	5.108
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57	684
1.01.02	Aplicações Financeiras	407	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	71	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	71	0
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	71	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.339	4.424
1.01.08.03	Outros	4.339	4.424
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	4.339	4.424
1.02	Ativo Não Circulante	15.600	21.919
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.767	19.193
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.767	19.193
1.02.01.10.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.393	2.354
1.02.01.10.04	Depósito judicial	34	3.273
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	11.340	13.566
1.02.02	Investimentos	2.833	2.726
1.02.02.01	Participações Societárias	2.833	2.726
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.833	2.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	20.474	27.027
2.01	Passivo Circulante	30.422	29.636
2.01.02	Fornecedores	6.635	7.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.635	7.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	7	66
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7	66
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais a Pagar	7	66
2.01.05	Outras Obrigações	23.780	22.559
2.01.05.02	Outros	23.780	22.559
2.01.05.02.05	Obrigações de venda de Controlada	23.780	22.559
2.02	Passivo Não Circulante	55.105	53.280
2.02.02	Outras Obrigações	55.105	50.041
2.02.02.02	Outros	55.105	50.041
2.02.02.02.04	Obrigações de Venda de Controlada	20.830	17.778
2.02.02.02.05	Contas a pagar a Partes Relacionadas	34.275	25.646
2.02.02.02.06	Fornecedores	0	6.617
2.02.04	Provisões	0	3.239
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	3.239
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	0	3.239
2.03	Patrimônio Líquido	-65.053	-55.889
2.03.01	Capital Social Realizado	85.299	85.299
2.03.02	Reservas de Capital	3.937	3.937
2.03.02.07	Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	-7.481	-7.481
2.03.02.08	Transferência de investimento entre sócios	11.130	11.130
2.03.02.09	Efeito de Alteração de Participação em Controlada	288	288
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-154.289	-145.125

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-515	-627	-725	-918
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-517	-677	-771	-989
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14	-57	-45	-56
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16	107	91	127
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-515	-627	-725	-918
3.06	Resultado Financeiro	-1.750	-4.264	-2.813	-3.749
3.06.01	Receitas Financeiras	-5	266	275	419
3.06.01.01	Receita Financeira	-5	266	275	419
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.745	-4.530	-3.088	-4.168
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.265	-4.891	-3.538	-4.667
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.265	-4.891	-3.538	-4.667
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.393	-4.273	-4.042	-8.737
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-1.393	-4.273	-4.042	-8.737
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.658	-9.164	-7.580	-13.404
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	-0,01378	-0,02437
3.99.01.02	PN	0	0	-0,01378	-0,02437

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.658	-9.164	-7.580	-13.404
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.658	-9.164	-7.580	-13.404

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.727	-2.155
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.504	-4.051
6.01.01.01	Prejuízo do período nas operações em continuidade	-4.891	-4.667
6.01.01.02	Variação monetária/Cambial	48	189
6.01.01.03	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-35	-187
6.01.01.04	Receita aplicação financeira em cauções e depósitos vinculados	-48	-190
6.01.01.05	Resultado da equivalência patrimonial	-107	-127
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos partes relacionadas	1.529	931
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.839	-3.386
6.01.03	Outros	-384	5.282
6.01.03.01	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	8	291
6.01.03.02	Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	-392	3.293
6.01.03.03	Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas	0	1.698
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.100	2.763
6.03.01	Mútuo de partes relacionadas	7.100	2.763
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-627	608
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	684	30
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57	638

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	85.299	3.937	0	-145.125	0	-55.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-145.125	0	-55.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.164	0	-9.164
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.164	0	-9.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	85.299	3.937	0	-154.289	0	-65.053

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	85.299	3.937	0	-145.125	0	-55.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-145.125	0	-55.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-9.164	0	-9.164
5.04.08	Prejuízo do Período	0	0	0	-9.164	0	-9.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	85.299	3.937	0	-154.289	0	-65.053

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-734	-1.045
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-677	-989
7.02.04	Outros	-57	-56
7.02.04.01	Outros despesas operacionais	-57	-56
7.03	Valor Adicionado Bruto	-734	-1.045
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-734	-1.045
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-3.900	-8.191
7.06.02	Receitas Financeiras	266	419
7.06.03	Outros	-4.166	-8.610
7.06.03.01	Resultado de participações societárias	107	127
7.06.03.02	Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	-4.273	-8.737
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-4.634	-9.236
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-4.634	-9.236
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.530	4.168
7.08.03.01	Juros	4.530	4.168
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.164	-13.404
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.164	-13.404

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	20.475	27.687
1.01	Ativo Circulante	5.320	5.553
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	103	707
1.01.02	Aplicações Financeiras	783	412
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	783	412
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	783	412
1.01.06	Tributos a Recuperar	89	10
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	89	10
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	89	10
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.345	4.424
1.01.08.03	Outros	4.345	4.424
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	4.345	4.424
1.02	Ativo Não Circulante	15.155	22.134
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.060	22.039
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.060	22.039
1.02.01.10.04	Depósito judicial	34	3.942
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	3.686	4.531
1.02.01.10.09	Outros Créditos	11.340	13.566
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95
1.02.03.01.01	Imobilizado Líquido	95	95

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	20.475	27.687
2.01	Passivo Circulante	30.423	29.631
2.01.02	Fornecedores	6.635	7.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.635	7.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	8	67
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8	67
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais a Pagar	8	67
2.01.05	Outras Obrigações	23.780	22.553
2.01.05.02	Outros	23.780	22.553
2.01.05.02.08	Obrigações de Venda de Controladas	23.780	22.553
2.02	Passivo Não Circulante	55.105	53.945
2.02.02	Outras Obrigações	55.105	50.041
2.02.02.02	Outros	55.105	50.041
2.02.02.02.03	Contas a pagar a Partes Relacionadas	34.275	25.646
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	6.617
2.02.02.02.12	Obrigações de Venda de Controladas	20.830	17.778
2.02.04	Provisões	0	3.904
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	3.904
2.02.04.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	0	3.904
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-65.053	-55.889
2.03.01	Capital Social Realizado	85.299	85.299
2.03.02	Reservas de Capital	3.937	3.937
2.03.02.07	Capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento deCapital	-7.481	-7.481
2.03.02.08	Transferência de Investimento entre Sócios	11.130	11.130
2.03.02.09	Efeito de Alteração de Participação em Controlada	288	288
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-154.289	-145.125

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-565	-782	-825	-1.058
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-551	-725	-781	-1.002
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14	-57	-44	-56
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-565	-782	-825	-1.058
3.06	Resultado Financeiro	-1.701	-4.109	-2.711	-3.607
3.06.01	Receitas Financeiras	28	436	406	602
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.729	-4.545	-3.117	-4.209
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.266	-4.891	-3.536	-4.665
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1	0	-2	-2
3.08.01	Corrente	1	0	-1	-1
3.08.02	Diferido	0	0	-1	-1
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.265	-4.891	-3.538	-4.667
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-1.393	-4.273	-4.042	-8.737
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-1.393	-4.273	-4.042	-8.737
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.658	-9.164	-7.580	-13.404
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	-0,01378	-0,02437
3.99.01.02	PN	0	0	-0,01378	-0,02437

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-3.658	-9.164	-7.580	-13.404
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.658	-9.164	-7.580	-13.404

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.711	-2.148
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.430	-3.954
6.01.01.01	Prejuízo do período nas operações em continuidade	-4.891	-4.667
6.01.01.02	Variação monetária/Cambial	62	231
6.01.01.05	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-73	-217
6.01.01.06	Receita aplicação financeira em cauções e depósitos vinculados	-57	-232
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos partes relacionadas	1.529	931
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.998	-3.487
6.01.03	Outros	-283	5.293
6.01.03.01	Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo	-385	3.308
6.01.03.02	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	102	293
6.01.03.03	Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas	0	1.692
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.107	2.763
6.03.03	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuada	7	0
6.03.04	Mútuo de partes relacionado	7.100	2.763
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-604	615
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	707	56
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	103	671

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	85.299	3.937	0	-145.125	0	-55.889	0	-55.889
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-145.125	0	-55.889	0	-55.889
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.164	0	-9.164	0	-9.164
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.164	0	-9.164	0	-9.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	85.299	3.937	0	-154.289	0	-65.053	0	-65.053

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	85.299	3.937	0	-123.601	0	-34.365	0	-34.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	85.299	3.937	0	-123.601	0	-34.365	0	-34.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-13.372	0	-13.372	0	-13.372
5.04.08	Dividendos prescritos de controlada	0	0	0	32	0	32	0	32
5.04.09	Prejuízo do período	0	0	0	-13.404	0	-13.404	0	-13.404
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	85.299	3.937	0	-136.973	0	-47.737	0	-47.737

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-782	-1.058
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-725	-1.002
7.02.04	Outros	-57	-56
7.03	Valor Adicionado Bruto	-782	-1.058
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-782	-1.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-3.837	-8.135
7.06.02	Receitas Financeiras	436	602
7.06.03	Outros	-4.273	-8.737
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operaçõesdescontinuadas	-4.273	-8.737
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-4.619	-9.193
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-4.619	-9.193
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	2
7.08.02.01	Federais	0	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.545	4.209
7.08.03.01	Juros	4.545	4.209
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.164	-13.404
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.164	-13.404

Comentário do Desempenho



1. PERFIL

A Brasileira Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário da seguinte empresa: AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessas sociedades.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os resultados consolidados nos exercícios findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 são compostos da seguinte forma:

	Consolidado		Var. R\$	Var. %
	30/09/2023	30/09/2022		
Receita Operacional Líquida	-	-	-	-
(Custos e Despesas)	(782)	(1.058)	276	-26%
Resultado do Serviço Prejuízo Bruto	(782)	(1.058)	276	-26%
Resultado Financeiro	(4.109)	(3.607)	(502)	14%
Resultado antes dos Tributos	(4.891)	(4.665)	(226)	5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(2)	2	0%
Prejuízo do Período Proveniente de Operações em Continuidade	(4.891)	(4.667)	(224)	5%
Operações Descontinuadas	(4.273)	(8.737)	4.464	-51%
Lucro (Prejuízo) do Período	(9.164)	(13.404)	4.240	-32%

No período findo em 30 de setembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo consolidado no montante de R\$ 9.164 ante um prejuízo de R\$ 13.404 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram na variação deste resultado.

2.1. Operações Descontinuadas – Uruguaiana

Durante o exercício findo em 30 de setembro de 2023 o resultado das operações descontinuadas totalizou um prejuízo de R\$ 4.273, ante um prejuízo de R\$ 8.737 no período findo em 30 de setembro de 2022. A variação positiva de R\$ 4.464 é decorrente, principalmente, pela:

- ✓ Variação oriunda pela atualização dos passivos da venda da Uruguaiana, principalmente nas linhas de provisão para processos judiciais, devido a quitação da contingência do MAE em outubro de 2022; e atualização da Escrow e saldo de caixa.

Maiores detalhes sobre a venda da Uruguaiana estão disponíveis nas notas explicativas nº 8 e 14 das informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2023.

3. RELECIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia declara que não obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, além dos serviços de auditoria independente contratados para o exercício de 2023, outros tipos de serviço contratados. Adicionalmente, a política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

4. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 480/09 de 7 de dezembro de 2009, em seu artigo 25, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com o relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias da Brasileira Participações S.A. e as respectivas informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2023.

Notas Explicativas

Brasiliانا Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs) e normas internacionais de contabilidade (IFRS), com Relatório de revisão dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	57	684	103	707
Investimentos de curto prazo	3	407	—	783	412
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	71	—	89	10
Outros ativos	6	4.339	4.424	4.345	4.424
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		4.874	5.108	5.320	5.553
ATIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	1.393	2.354	3.686	4.531
Depósito judicial	5	34	3.273	34	3.942
Outros ativos	6	11.340	13.566	11.340	13.566
Investimento	7	2.833	2.726	—	—
Imobilizado, líquido		—	—	95	95
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.600	21.919	15.155	22.134
TOTAL DO ATIVO		20.474	27.027	20.475	27.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	6.635	7.011	6.635	7.011
Tributos e contribuições sociais a pagar		7	66	8	67
Obrigações de venda de controlada	8	23.780	22.559	23.780	22.553
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		30.422	29.636	30.423	29.631
PASSIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	—	6.617	—	6.617
Provisão para processos judiciais e outros	10	—	3.239	—	3.904
Obrigações de venda de controlada	8	20.830	17.778	20.830	17.778
Contas a pagar a partes relacionadas	16	34.275	25.646	34.275	25.646
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		55.105	53.280	55.105	53.945
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	11.1	85.299	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	11.3	3.937	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(154.289)	(145.125)	(154.289)	(145.125)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(65.053)	(55.889)	(65.053)	(55.889)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.474	27.027	20.475	27.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Gerais e administrativas	(517)	(677)	(771)	(989)	(551)	(725)	(781)	(1.002)
Outras despesas operacionais	(14)	(57)	(45)	(56)	(14)	(57)	(44)	(56)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(531)	(734)	(816)	(1.045)	(565)	(782)	(825)	(1.058)
Resultado de equivalência patrimonial	7	16	107	91	—	—	—	—
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	(515)	(627)	(725)	(918)	(565)	(782)	(825)	(1.058)
Receitas financeiras	13	(5)	266	275	28	436	406	602
Despesas financeiras	13	(1.745)	(4.530)	(3.088)	(1.729)	(4.545)	(3.117)	(4.209)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.750)	(4.264)	(2.813)	(3.749)	(1.701)	(4.109)	(2.711)	(3.607)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(2.265)	(4.891)	(3.538)	(4.667)	(2.266)	(4.891)	(3.536)	(4.665)
Contribuição social	—	—	—	—	—	—	(1)	(1)
Imposto de renda	—	—	—	—	1	—	(1)	(1)
TOTAL DOS TRIBUTOS	15	—	—	—	1	—	(2)	(2)
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(2.265)	(4.891)	(3.538)	(4.667)	(2.265)	(4.891)	(3.538)	(4.667)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	8 e 14	(1.393)	(4.273)	(4.042)	(1.393)	(4.273)	(4.042)	(8.737)
Prejuízo do período	(3.658)	(9.164)	(7.580)	(13.404)	(3.658)	(9.164)	(7.580)	(13.404)
Por ação Preferencial e Ordinária	12	(0,00665)	(0,01666)	(0,01378)	(0,02437)	(0,00665)	(0,01666)	(0,01378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.658)	(9.164)	(7.580)	(13.404)	(3.658)	(9.164)	(7.580)	(13.404)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	<u>(3.658)</u>	<u>(9.164)</u>	<u>(7.580)</u>	<u>(13.404)</u>	<u>(3.658)</u>	<u>(9.164)</u>	<u>(7.580)</u>	<u>(13.404)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	85.299	3.937	(123.601)	(34.365)
Prejuízo do período	—	—	(13.404)	(13.404)
Dividendos prescritos de controladas	—	—	32	32
Saldos em 30 de setembro de 2022	85.299	3.937	(136.973)	(47.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	85.299	3.937	(145.125)	(55.889)
Prejuízo do período	—	—	(9.164)	(9.164)
Saldos em 30 de setembro de 2023	85.299	3.937	(154.289)	(65.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Atividades operacionais:					
Prejuízo do período nas operações em continuidade		(4.891)	(4.667)	(4.891)	(4.667)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais					
Variação monetária		48	189	62	231
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(35)	(187)	(73)	(217)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas		1.529	931	1.529	931
Atualização monetária de depósitos judiciais		(48)	(190)	(57)	(232)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(107)	(127)	—	—
		(3.504)	(4.051)	(3.430)	(3.954)
Variação de ativos e passivos operacionais		(3.839)	(3.386)	(3.991)	(3.487)
		(7.343)	(7.437)	(7.421)	(7.441)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		8	291	102	293
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		(392)	3.293	(385)	3.308
Caixa líquido usado nas atividades operacionais continuadas		(7.727)	(3.853)	(7.704)	(3.840)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais descontinuadas		—	1.698	—	1.692
Total do caixa líquido usado nas atividades operacionais		(7.727)	(2.155)	(7.704)	(2.148)
Atividades de financiamento:					
Mútuo de partes relacionadas		7.100	2.763	7.100	2.763
Total do caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		7.100	2.763	7.100	2.763
Variação no caixa líquido da Companhia		(627)	608	(604)	615
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		684	30	707	56
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		57	638	103	671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(734)	(1.045)	(782)	(1.058)
Outros despesas operacionais	(57)	(56)	(57)	(56)
Serviços de terceiros	(677)	(989)	(725)	(1.002)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(734)	(1.045)	(782)	(1.058)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(734)	(1.045)	(782)	(1.058)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(3.900)	(8.191)	(3.837)	(8.135)
Receitas financeiras	266	419	436	602
Resultado de participações societárias	107	127	—	—
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	(4.273)	(8.737)	(4.273)	(8.737)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(4.634)	(9.236)	(4.619)	(9.193)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(4.634)	(9.236)	(4.619)	(9.193)
Tributos (Governo)	—	—	—	2
Federais	—	—	—	2
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	2
Remuneração de capitais de terceiros	4.530	4.168	4.545	4.209
Juros	4.530	4.168	4.545	4.209
Remuneração de capitais próprios	(9.164)	(13.404)	(9.164)	(13.404)
Prejuízo do período	(9.164)	(13.404)	(9.164)	(13.404)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasileira Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

1.1 Dados sobre subsidiária

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Companhia estudava a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada.

Desta forma, atualmente a controlada direta AES Elpa é uma sociedade anônima de capital fechado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 06 de novembro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-a, nesta data, à análise prévia do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

Notas Explicativas

2.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração e valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

2.4 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, indicando que conseguirá cumprir com os pagamentos das obrigações divulgadas nas notas explicativas Obrigações com Venda de Controlada e Provisões para Processos Judiciais e outros (Notas 8 e 10).

A Companhia e sua controlada incorreram num prejuízo de R\$ (9.164) durante o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2023 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ (65.053) e capital circulante líquido consolidado negativo (os passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados) de R\$ 25.103. Os principais passivos da Companhia são as obrigações estabelecidas no contrato de compra e venda das ações da Uruguaiana (antiga controlada), em que a Companhia é responsável pelos processos judiciais descritos na nota 8, e outros processos judiciais da Companhia conforme descritos na nota 10.

Como a Companhia e sua controlada dependem de financiamentos e aportes a serem acordados com os seus acionistas e ambas as situações não representam um compromisso formalizado, essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a sua continuidade operacional. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos na realização dos seus ativos e cumprimento de certas obrigações, pelos valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

- Controlada AES Elpa

A controlada AES Elpa não possui qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, não há fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados. A Companhia e sua controlada são holdings não operacionais. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento Holding como passível de reporte.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, sua controlada é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 30 de setembro de 2023

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2023, estão evidenciadas a seguir:

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 (R1): Combinação de Negócios

As alterações ao IFRS 3/CPC 15 (R1) substituem as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. Eles também adicionam requisitos explícitos que:

- Para obrigações dentro do escopo do IAS 37/CPC 25, um adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se na data de aquisição existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados;
- Para uma taxa que estaria dentro do escopo da IFRIC 21, o adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se o evento obrigatório que dá origem a um passivo para pagar a taxa ocorreu na data de aquisição;
- Um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

Alteração ao IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do período.

Alteração ao IAS 37/CPC 25: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As alterações ao IAS 37/CPC 25 especificam que, ao determinar se um contrato é oneroso, devem ser considerados os custos diretamente relacionados a esse contrato. As alterações também especificam que esses custos consistem tanto nos custos incrementais do cumprimento de um contrato (por exemplo, mão de obra direta e materiais) quanto na alocação de outros custos diretos (dando o exemplo da taxa de depreciação de um item do ativo imobilizado utilizados no cumprimento desse contrato, entre outros).

Notas Explicativas

Aprimoramentos anuais – Ciclo 2018-2020:

- IFRS 1/CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que o adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola: remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41/CPC 29 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial.	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Passivo não circulante com 'covenants'.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de venda e 'leaseback'.	1º de janeiro de 2024

Notas Explicativas

2.8 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controlada são eliminados.

O período social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as demonstrações da Companhia e sua controlada, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A seguinte entidade é considerada como controlada da Companhia e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		30/09/2023	31/12/2022
Participação direta:			
Elpa	Holding	100%	100%

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses, são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Tipo de operação				
Numerário disponível	57	53	103	76
Operação compromissada	—	631	—	631
Total	57	684	103	707

Investimentos de curto prazo	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Tipo de operação				
CDB-DI	407	—	783	412
Total	407	—	783	412

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2023 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (80,00% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	71	—	89	10
Total	71	—	89	10
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda	1.393	2.352	3.683	4.526
Contribuição social	—	2	3	5
Total	1.393	2.354	3.686	4.531

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como ativo não circulante.

Notas Explicativas

5. DEPÓSITO JUDICIAL

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (nota nº 10.1)	34	3.273	34	3.942
Total	34	3.273	34	3.942

6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
<u>CIRCULANTE</u>				
Seguros a apropriar	4.339	4.424	4.339	4.424
Outros	—	—	6	—
Total	4.339	4.424	4.345	4.424
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Seguros a apropriar	11.340	13.566	11.340	13.566
Total	11.340	13.566	11.340	13.566

Notas Explicativas

7.INVESTIMENTO

Composição do investimento	AES Elpa
Participação direta	
30/09/2023	100,00%
31/12/2022	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 30/09/2023	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 30/09/2023	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31/12/2022	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31/12/2022	100,00%
Valor do capital social	
30/09/2023	12.780
31/12/2022	12.780
Patrimônio Líquido	
31/12/2022	2.726
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	2.726
Patrimônio Líquido	
30/09/2023	2.833
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	2.833
Resultado do período	
30/09/2023	
Lucro da controlada no período	107
Movimentação do investimento	AES Elpa
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.523
Equivalência patrimonial	171
Dividendos prescritos de controlada	32
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.726
Equivalência patrimonial	107
Saldo em 30 de setembro de 2023	2.833

Notas Explicativas

8. OBRIGAÇÕES DE VENDA DE CONTROLADA

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Provisão para processos judiciais e outros (a)	17.118	16.497
Provisão para processos judiciais e outros (b)	6.662	6.062
Total	23.780	22.559
NÃO CIRCULANTE		
Provisão para processos judiciais e outros (b)	17.502	14.572
Indenizações gerais e outras obrigações (c)	11.649	11.537
Earn-Out a receber (d)	(8.321)	(8.331)
Total	20.830	17.778

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Companhia continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguiana após o *closing* da operação:

(a) Provisão para processos judiciais e outros com probabilidade de perda provável

• Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002 - A Uruguiana ingressou com ação em face da ANEEL, da ONS e da MAE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS (Encargo de Serviços de Sistema); (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com consequente manutenção dos preços praticados pela Uruguiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Uruguiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para a antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. Em agosto de 2022 foi realizado o pagamento parcial no montante de R\$ 46.308 utilizando-se a *escrow* e saldo de caixa (item b). Em 05 de outubro de 2022, a Brasileira Participações S.A e a Âmbar Comercializadora de Gás LTDA., atual controladora da Uruguiana firmaram um termo para quitação do saldo da contingência do MAE, no montante de R\$ 86.324. Consequentemente, o processo foi enviado para liquidação via CCEE, sendo que foram usados recursos financeiros de: (i) o saldo de caixa e de conta *Escrow*, que estavam sob controle da Âmbar, (ii) saldo da conta *Escrow* constituída na Brasileira Participações S.A e (iii) mútuo mencionado na nota explicativa de partes relacionadas, nota 16.

• Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguiana impetrou um pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020-SRG/ANEEL de 8 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006, no entanto a Uruguiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de *Demurrage* e *Boil off* que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados no momento em que a ANEEL efetuar o ressarcimento à Uruguiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, responde à sua ex-controlada Uruguiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com os seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar equivalente a R\$ 14.225 que em 30 de setembro de 2023 totaliza um montante de R\$ 17.118 (R\$ 16.497 em 31 de dezembro de 2022). Desta forma, a Administração da Companhia está trabalhando junto a ANEEL para confirmar e comprovar todos os itens do cálculo e assim definir um valor final com a ANEEL.

Notas Explicativas

(b) Provisões para processos judiciais e outros com probabilidade de perda possível

- PIS/COFINS sobre receita de exportação - Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Uruguaiana em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Companhia pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Companhia impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em junho de 2021, foi proferida decisão pelo STJ, negando provimento ao recurso especial interposto pela União. Em maio de 2022, foi confirmado que a Procuradoria não interpôs novo recurso. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. Em decorrência, foi apresentada petição (nos autos da execução fiscal) informando a decisão final favorável proferida nos autos do Mandado de Segurança. Em julho de 2022, foi proferida sentença de extinção da execução encerrando o processo definitivamente. Com isso, a provisão no montante de R\$ 7.056 foi revertida.

- Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Em julho de 2016, a Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado, em 30 de setembro de 2023, é de R\$ 24.164 (R\$ 20.634 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

(c) Indenizações gerais e outras obrigações

Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguaiana pelos quais a Companhia deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos. O valor justo na data da venda foi de R\$ 6.096. O valor atualizado de R\$10.285 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 10.174 em 31 de dezembro de 2022), registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasiliana. O montante apurado é de R\$ 1.364 e está registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Para mensurar valor justo das obrigações supracitadas, na data da venda, a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados. A expectativa do encerramento desses processos é até 31 de dezembro de 2023, portanto, foi necessário efetuar o ajuste a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 12,02% a.a..

(d) *Earn-out* a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Companhia deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por MW gerados pela Uruguaiana após a data do *closing* até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41.000. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$ 13.150 a ser recebido até 31 de dezembro de 2026. Para o cálculo do valor presente foi considerada uma taxa de desconto de 8,90% a.a e, assim, o valor justo na data da venda foi calculado em R\$ 9.588. O valor atualizado em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 8.321 (R\$ 8.331 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação das obrigações de venda de controlada é como segue:

	31/12/2022	Atualizações monetárias	30/09/2023
<u>CIRCULANTE</u>			
Provisão para processos judiciais e outros	22.559	1.221	23.780
Subtotal	22.559	1.221	23.780
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Provisão para processos judiciais e outros	14.572	2.930	17.502
Indenizações gerais e outras obrigações	11.537	112	11.649
Earn-Out a receber	(8.331)	10	(8.321)
Subtotal	17.778	3.052	20.830
Total	40.337	4.273	44.610

Notas Explicativas

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Seguros a pagar (i)	6.617	6.622	6.617	6.622
Outros	18	389	18	389
Subtotal	6.635	7.011	6.635	7.011
NÃO CIRCULANTE				
Seguros a pagar (i)	—	6.617	—	6.617
Subtotal	—	6.617	—	6.617
Total	6.635	13.628	6.635	13.628

(i) Em 30 de junho de 2022 foi renovado duas apólices junto ao Banco BMG que garantem dois processos administrativos. O prazo de vigência de ambas as apólices é de 30 de junho de 2027.

10. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

10.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Fiscal				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	—	3.239	—	3.904
Total	—	3.239	—	3.904

A movimentação das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Controladora			Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Atualizações	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Atualizações	Reversão de atualizações	Reversão de provisão	Saldo em 30/09/2023
Fiscal								
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	2.979	260	3.239	3.239	189	(141)	(3.287)	—
Total	2.979	260	3.239	3.239	189	(141)	(3.287)	—

	Consolidado			Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Atualizações	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Atualizações	Reversão de atualizações	Reversão de provisão	Saldo em 30/09/2023
Fiscal								
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	3.590	314	3.904	3.904	224	(162)	(3.966)	—
Total	3.590	314	3.904	3.904	224	(162)	(3.966)	—

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

Notas Explicativas

(a) Fiscal: PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tinha decisão de mérito a Companhia e sua controlada efetuava depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e sua controlada, efetuaram provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, o entendimento foi aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. Com isso, os valores depositados foram convertidos em renda em favor da União e em julho de 2023 o processo foi extinto em virtude do pagamento do débito.

10.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Fiscal	867.829	831.462
Cível (i)	Não determinado	Não determinado
Total	867.829	831.462

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para os período findo em 30 de setembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro 2022.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$ 662.344 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$ 635.660 em 31 de dezembro de 2022) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a

Notas Explicativas

execução e opostos embargos à execução fiscal, em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Companhia opôs embargos de declaração. Em maio de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(a.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos a execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021 foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$ 86.811 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$ 83.868 em 31 de dezembro de 2022).

(a.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.

Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interpôs recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 4.918, atualizados até 30 de setembro de 2023. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

(a.4) Auto de infração – Ágio (2013/2016)

Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando à cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 397.018 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$336.226 em 31 de dezembro de 2022). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da

Notas Explicativas

RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Brasil Operações S.A (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 à 2016. Após a análise do auto de infração, a coligada AES Brasil Operações S.A verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$ 397.018), R\$ 113.756 seriam de responsabilidade da Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 283.262 atribuíveis à coligada AES Brasil Operações S.A. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a coligada AES Brasil Operações S.A notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 atualizados até 31 de dezembro de 2021. A coligada AES Tietê Energia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objetos de recursos pelas partes. Ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objeto de recursos pelas partes. Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Em 14 Setembro de 2021, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia. Em suma, foram indeferidos os pleitos realizados pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra AES Elpa e AES Transgás (Brasileira Participações) relativos a suposta infração do BNDES à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), no que se refere aos empréstimos realizados pela AES Elpa e AES Transgás (Brasileira Participações) para aquisição de ações da Eletropaulo. Em 01 Outubro de 2021, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual será analisado pelo Tribunal.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

10.3 Seguro garantia

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Notas Explicativas

Natureza	30/09/2023			31/12/2022		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
<u>Companhia (i)</u>						
Fiscal	4	741.644	0,50% a 0,65%	4	698.671	0,50% a 0,65%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$ 739.524 (R\$ 696.626 em 31 de dezembro de 2022); e (b) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 2.120 (R\$ 2.045 em 31 de dezembro de 2022).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.299 em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

11.2 Composição acionária

Acionistas

AES Holdings Brasil Ltda.

BNDESPar

Total das ações

30/09/2023		31/12/2022	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
507.692.309	100,00	507.692.309	100,00

Acionistas

AES Holdings Brasil Ltda.

BNDESPar

Total das ações

Preferenciais		Preferenciais	
Quantidade	%	Quantidade	%
6	—	6	—
42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

Notas Explicativas

11.3 Reservas

	30/09/2023	31/12/2022
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv)	17.105	17.105
Total	3.937	3.937

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 10.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção") de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.

(iii) Em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº 10) devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de recesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$ 16.807.

Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.

Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$ 10.

Notas Explicativas

(iv) No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 01 de julho de 2019.

12. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022:

	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Numerador:		
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	(4.891)	(4.667)
Resultado líquido do exercício proveniente de operações em descontinuidade	(4.273)	(8.737)
Resultado líquido	(9.164)	(13.404)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,01666)	(0,02437)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,01666)	(0,02437)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Notas Explicativas

13. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora				
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	23	116	408	191
Atualização de créditos tributários	80	143	114	163
Atualização de depósitos judiciais	(94)	48	(289)	193
PIS e COFINS sobre receita financeira	(14)	(41)	42	(128)
Total	(5)	266	275	419
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.187)	(2.952)	(2.239)	(3.046)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 10.1)	92	(48)	(137)	(190)
Juros sobre mútuo (nota nº 16.1)	(650)	(1.529)	(672)	(892)
Outras despesas financeiras	—	(1)	(40)	(40)
Total	(1.745)	(4.530)	(3.088)	(4.168)
Total resultado financeiro	(1.750)	(4.264)	(2.813)	(3.749)

Consolidado				
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	37	157	433	225
Atualização de créditos tributários	122	271	198	280
Atualização de depósitos judiciais	(115)	57	(260)	234
PIS e COFINS sobre receita financeira	(16)	(49)	35	(137)
Total	28	436	406	602
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.186)	(2.952)	(2.240)	(3.046)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 10.1)	108	(62)	(165)	(230)
Juros sobre mútuo (nota nº 16.1)	(650)	(1.529)	(672)	(892)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)	(40)	(41)
Total	(1.729)	(4.545)	(3.117)	(4.209)
Total resultado Financeiro	(1.701)	(4.109)	(2.711)	(3.607)

Notas Explicativas

14. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Na demonstração do resultado do período de 30 de setembro de 2023 o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se principalmente à movimentações das obrigações da venda da ex-controlada Uruguaiana, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Atualização da provisão para processos judiciais e outros	(4.151)	(13.511)
Complemento de provisão para processos judiciais e outros	—	(7.767)
Baixa de provisão para processos judiciais e outros	—	7.056
Atualização da escrow e do saldo de caixa	—	5.466
Atualização das indenizações gerais, outras obrigações e provisões	(112)	(1.216)
Atualização do Earn-Out a receber	(10)	1.235
Total	(4.273)	(8.737)

Notas Explicativas

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Controladora							
01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:							
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:							
Resultado antes dos tributos	(3.658)	(3.658)	(9.164)	(9.164)	(7.580)	(7.580)	(13.404)
Adições (exclusões):							
Resultado de equivalência patrimonial	(16)	(16)	(107)	(107)	(49)	(49)	(127)
Atualização SELIC de créditos tributários	6	2	(32)	(12)	(59)	(59)	(163)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	(1.045)	(377)	123	44	3.312	3.312	11.615
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	(364)	(131)	(117)	(42)	928	928	2.079
Total das adições (exclusões)	(1.420)	(522)	(134)	(117)	4.132	4.132	13.404
Resultado ajustado	(5.078)	(4.180)	(9.298)	(9.281)	(3.448)	(3.448)	—
Base de cálculo	(5.078)	(4.180)	(9.298)	(9.281)	(3.448)	(3.448)	—
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%
Total da receita (despesa) com tributos	—	—	—	—	—	—	—
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Consolidado							
01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:							
Na rubrica de tributos:							
Correntes	—	—	—	—	(1)	(1)	(1)
Total	—	—	—	—	(1)	(1)	(1)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:							
Resultado antes dos tributos	(3.658)	(3.658)	(9.164)	(9.164)	(7.580)	(7.580)	(13.404)
Adições (exclusões):							
Atualização SELIC de créditos tributários	(8)	(3)	(68)	(24)	(227)	(227)	(280)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	1.777	640	2.945	1.060	6.544	6.544	11.612
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	(834)	(300)	(587)	(211)	1.270	1.270	2.079
Total das adições (exclusões)	936	337	2.291	825	7.587	7.587	13.411
Resultado ajustado	(2.722)	(3.321)	(6.873)	(8.339)	7	7	7
Base de cálculo	(2.722)	(3.321)	(6.873)	(8.339)	7	7%	7%
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	—	—	—	—	(1)	(1)	(1)
Total da receita (despesa) com tributos	—	—	—	—	(1)	(1)	(1)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) A Companhia apurou nos 30 de setembro de 2023 e 2022, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia e sua controlada acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal	152.952	127.649	170.296	144.505
Base negativa contribuição social	152.952	127.549	173.843	147.952
Diferenças temporárias ativas	1.878	10.739	2.347	11.208

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

16.1 Transação com partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Mútuo:				
AES Brasil Ltda. (i)	6.901	5.785	6.901	5.785
AES Holding Brasil Ltda. (ii)	27.374	19.861	27.374	19.861
Total do passivo com partes relacionadas	34.275	25.646	34.275	25.646

(i) Em 29 de julho de 2021, a AES Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 4.383, com juros de 163% do CDI + 3,04% a.a e com vencimento em parcela única em 29 de julho de 2024.

(ii) Em 01 de junho de 2022, a AES Holding Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 2.063, com juros de 100% do CDI + 1,66% a.a e com vencimento em parcela única em 01 de junho de 2025. Em 12 de setembro, 4 de outubro, 28 de dezembro de 2022 e 13 de junho de 2023 a AES Holding Brasil Ltda firmou novos mútuos de R\$ 700, R\$ 15.800, R\$ 1.300 e R\$ 7.100 com as mesmas características descritas acima.

As movimentações dos mútuos em 30 de setembro de 2023 é como segue:

Controladora e Consolidado			
	AES Brasil Ltda	AES Holding Brasil Ltda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.785	19.861	25.646
Ingresso	—	7.100	7.100
Encargos financeiros	1.117	412	1.529
Saldos em 30 de setembro 2023	6.902	27.373	34.275

O impacto no resultado para os período findo em 30 de setembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro 2022 é demonstrado a seguir:

Resultado	Controladora				Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
AES Brasil Ltda (nota 13)	(650)	(1.529)	(672)	(892)	(650)	(1.529)	(672)	(892)
Total	(650)	(1.529)	(672)	(892)	(650)	(1.529)	(672)	(892)

Notas Explicativas

16.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Benefícios de curto prazo	3	116
Total	3	116

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

		Controladora				
		30/09/2023		31/12/2022		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	57	57	684	684	Custo amortizado
Depósitos vinculados	5	34	34	3.273	3.273	Custo amortizado
Total		498	498	3.957	3.957	

PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	9	6.635	6.635	7.011	7.011	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	34.275	34.275	25.646	25.646	Custo amortizado
Total		40.910	40.910	32.657	32.657	

		Consolidado				
		30/09/2023		31/12/2022		
Notas		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	103	103	707	707	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	783	783	412	412	Valor Justo por meio do resultado
Depósitos vinculados	5	34	34	3.942	3.942	Custo amortizado
Total		920	920	5.061	5.061	

PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	9	6.635	6.635	7.011	7.011	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	34.275	34.275	25.646	25.646	Custo amortizado
Total		40.910	40.910	32.657	32.657	Custo amortizado

Notas Explicativas

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Para o período findo em 30 de setembro de 2023, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Consolidado	30/09/2023
Caixa e equivalentes de caixa	103
Investimentos de curto prazo	783
Total da exposição	886

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Notas Explicativas

Consolidado Posição em 30 de setembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	—	6.635	—	—	—
Obrigações de venda de controladas	—	23.780	26.183	—	—
Mútuo	—	—	—	36.358	—
Total	—	30.415	26.183	36.358	—

(a.3) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas atuais. Em decorrência da paralisação das atividades operacionais, a Companhia gerencia seu capital com o único objetivo de cumprir com os seus compromissos financeiros associados à fornecedores, processos judiciais e contratos de mútuo com partes relacionadas.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos e mútuos e dos indexadores SELIC, IGPM e IPCA para os saldos de obrigação de vendas, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção - 01 ano				
Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,49%	8,24%	10,98%	13,73%	16,47%
Investimentos de curto prazo	CDI	783	43	65	86	108	129
Mútuo	CDI	(34.275)	(1.882)	(2.824)	(3.763)	(4.706)	(5.645)
SELIC			5,49%	8,23%	10,98%	13,72%	16,47%
Contingência de PIS/COFINS	SELIC	(10.285)	(565)	(846)	(1.129)	(1.411)	(1.694)
IGPM			2,02%	3,03%	4,04%	5,05%	6,31%
Compensações administrativas	IGPM	(24.164)	(488)	(732)	(976)	(1.220)	(1.525)
Earn-Out	IGPM	8.321	168	252	336	420	525
IPCA			1,99%	2,99%	3,98%	4,98%	6,23%
Ressarcimento	IPCA	(17.118)	(341)	(512)	(681)	(852)	(1.066)
Subtotal		(76.738)	(3.065)	(4.597)	(6.127)	(7.661)	(9.276)

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasileira Participações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 2.2 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia e sua controlada incorreram no prejuízo de R\$ 9.164 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 65.053 mil e capital circulante negativo consolidado de R\$ 25.103 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa no 2.2, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras:

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Grand Thornton Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 13 de novembro de 2023.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor Presidente

José Ricardo Elbel Simão
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes:

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Grand Thornton Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 13 de Novembro de 2023.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor Presidente

José Ricardo Elbel Simão
Diretor Vice-Presidente de finanças e Relações com Investidores